

Daniel Gustavo Mocelin*

Leandro Raizer**

ENSINO DA SOCIOLOGIA NO RIO GRANDE DO SUL: HISTÓRICO DA DISCIPLINA, FORMAÇÃO DO PROFESSOR E FINALIDADE PEDAGÓGICA

RESUMO

O ensino da sociologia no ensino médio – seu significado, relevância, prática e realidade – está entre alguns dos temas mais fecundos, relevantes e atuais na educação brasileira. Prova disso é o número crescente de eventos, estudos, pesquisas e publicações que têm se dedicado a essa questão. Embora seja inegável o acúmulo de conhecimento, ainda existem muitos elementos, lacunas e dimensões – de diversas ordens, que precisam ser investigados e debatidos. Entre esses, destaca-se o resgate da memória nacional e regional do ensino da disciplina; e a questão do perfil do professor, sua formação, práticas e percepções sobre a finalidade pedagógica do ensino da sociologia. Tomando o caso do Estado do Rio Grande do Sul (RS) como objeto de análise, o artigo apresenta o histórico da disciplina nesse estado e analisa as transformações recentes no ensino da sociologia, tanto em termos da legislação como de indicadores atuais sobre a sua presença nas escolas, o número de professores e a oferta de cursos de graduação em ciências sociais. Na parte final, o artigo apresenta resultados de um estudo sobre o perfil de professores de sociologia que atuam no ensino médio gaúcho, dando destaque à área de formação, habilitação, sexo, faixa etária, disciplinas ministradas, uso do livro didático, e percepção dos professores sobre dificuldades para o ensino da sociologia nas escolas e sobre a finalidade pedagógica da sociologia no ensino médio.

Palavras-chave: ensino da sociologia, perfil do professor, Rio Grande do Sul.

*É sociólogo, Doutor em Sociologia. Professor do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Coordenador geral do curso de Pós-graduação *Lato sensu O Ensino da sociologia para professores do ensino médio*, desenvolvido na modalidade de ensino a distância, no âmbito do IFCH/UFRGS/FORPROF e financiado pela SEB/MEC. Pesquisador do Grupo de Pesquisa Sociedade, Economia e Trabalho (GPSET/UFRGS/DGPB-CNPq) e do Laboratório Virtual e Interativo de Ensino de Ciências Sociais (LAVIEVS/UFRGS), atua nas áreas de sociologia econômica, sociologia do trabalho, metodologia da pesquisa sociológica, fundamentos da sociologia e ensino da sociologia. E-mail: daniel.mocelin@ufrgs.br.

**Leandro Raizer é professor e pesquisador na área de sociologia, com ênfase em sociologia da educação e ensino de sociologia. Doutor em Sociologia (UFRGS/Université de Montréal), é professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS). Atuou como membro da Comissão Nacional de Ensino da SBS (2006-2011) e atua como pesquisador nos seguintes grupos: GEU (Grupo de Estudos Sobre Universidade/UFRGS), e Laboratório Virtual e Interativo de Ensino de Ciências Sociais (LAVIEVS/UFRGS). E-mail: leandroraiser@gmail.com.



ABSTRACT

Teaching sociology in high school - its meaning, relevance, practice and reality - is among some of the most fruitful, relevant and current issues in Brazilian education. Proof of this is the increasing number of events, studies, research and publications devoted to this question. While it is undeniable the accumulation of knowledge, there are still many elements, gaps and dimensions - of various orders that need to be investigated and discussed. Among these, there is the redemption of the national and regional memory of teaching discipline; and the issue of the teacher's profile, their formation, practices and perceptions about the discipline's pedagogical purpose. Taking the case of the State of Rio Grande do Sul (RS) as an object of analysis, the article presents the history of the discipline in this state and examines recent changes in the teaching of sociology, both in terms of current legislation as indicators of its presence in schools, the number of teachers and the number of undergraduate courses in social sciences. In the final part, the article presents results of an exploratory study on the profile of sociology teachers in RS, highlighting the area of formation, qualification, sex, age, subjects taught, use of manuals, and perception of difficulties for teachers in the teaching of sociology in schools and the purpose of sociology in high school.

Keywords: teaching sociology, teacher profile, Rio Grande do Sul.

RÉSUMÉ

L'enseignement de la Sociologie à l'école secondaire - sa signification, la pertinence, la pratique et la réalité - est parmi quelques-unes des questions les plus fructueuses, pertinentes et actuelles de l'éducation brésilienne. Preuve en est le nombre croissant d'événements, études, recherches et publications qu'ont été consacrées à cette question. S'il est indéniable l'accumulation des connaissances, il ya encore de nombreux éléments, les lacunes et les dimensions - de divers ordres qui doivent être étudiés et discutés. Parmi ceux-ci, il ya le sauvetage et la préservation de la mémoire nationale et régionale de l'enseignement de la discipline; et la question du profil de l'enseignant, de leur formation, les pratiques et les perceptions quant à la finalité pédagogique de la sociologie au lycée. Prenant le cas de l'État de Rio Grande do Sul (RS) comme l'objet de l'analyse, l'article présente l'histoire de la discipline dans cet état et examine les changements récents dans l'enseignement de la sociologie, en termes de la législation actuelle comme indicateurs de la présence dans les écoles, le nombre d'enseignants et le nombre de cours de formation de professeurs en Sciences Sociales. Dans la dernière partie, l'article présente les résultats d'une étude sur le profil des enseignants qui travaillent avec la discipline de sociologie, soulignant leur domaine de formation, sa qualification, le sexe, l'âge, matières enseignées, l'utilisation des manuels scolaires, et la perception de difficultés sur l'enseignement de la sociologie dans les écoles et les objectifs éducatifs de sociologie à l'école secondaire.

Mots-clés: l'enseignement de la sociologie, le profil de l'enseignant, Rio Grande do Sul

Daniel Gustavo Mocelin

Leandro Raizer

ENSINO DA SOCIOLOGIA NO RIO GRANDE DO SUL: HISTÓRICO DA DISCIPLINA, FORMAÇÃO DO PROFESSOR E FINALIDADE PEDAGÓGICA

A sociologia retomou recentemente o seu espaço no currículo escolar do ensino médio, após mais de duas décadas de mobilização¹ de profissionais das ciências sociais e suas entidades de representação, que acreditaram em uma causa e lutaram para concretizá-la. Em 2 de junho de 2008, foi sancionado pelo então presidente em exercício José Alencar o projeto de Lei que modificou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, 1996), tornando obrigatório o ensino da sociologia nos três anos do ensino médio. O fato inconteste é que a disciplina de Sociologia passa a fazer parte da grade curricular das escolas em todo o Brasil, neste início de Século.

Deve-se destacar que o efetivo retorno da sociologia ao ensino médio se fundamentou sobre importantes questões acerca da presença dessa disciplina nos currículos escolares. A importância do ensino da sociologia foi justificada com base nas possibilidades que o acesso ao conhecimento sociológico poderia produzir para a vida das pessoas, mesmo para quem não fosse nem pretendesse ser sociólogo.

1 Sobre o recente processo de reinstitucionalização curricular da Sociologia no Brasil, ver Sarandy (2001, 2002), Moraes (2003), Mota (2005), Raizer, Meirelles e Pereira (2008), Silva (2010), Moraes (2011), Santos (2012), Feijó (2012), Pereira (2013), Meirelles, Raizer e Pereira (2013).



Em termos gerais, o movimento mais recente pelo retorno da sociologia à educação básica, promovido durante os anos 1990 e 2000, criou uma justa expectativa de que o ensino da sociologia viria a desenvolver nos educandos importantes habilidades sociais, tais como capacidade de distanciamento (MILLS, 1969), autonomia e postura crítica (BOURDIEU, CHAMBOREDON & PASSERON, 1994), consciência sobre diferenças culturais, competência para avaliar decisões políticas e reflexividade sobre questões de ordem pública e social (GIDDENS, 2005), favorecendo, assim, a formação de cidadãos mais ativos, conscientes de sua participação na dinâmica da vida social (LAHIRE, 2013).

Esses princípios abstratos carregavam também intenções de ordem prática, tais como: ultrapassar a formação técnica para adentrar uma educação mais humanista e cidadã (COSTA, 1997), sensibilizar o olhar para situações de opressão, preconceito e injustiça (MOTA, 2005), promover a atitude investigativa do educando, a partir de práticas próprias das ciências sociais, como o estranhamento e a desnaturalização (BRASIL, 2006; MORAES & GUIMARÃES, 2010).

Sem desconsiderar a importância de questões dessa ordem, a realidade atual do ensino da sociologia também está permeada por novas perguntas, de natureza mais empírica e menos teórica. Entre as questões mais urgentes que envolvem o retorno da sociologia às escolas, um aspecto central nos estudos sobre essa temática diz respeito ao perfil dos professores que efetivamente ministram a disciplina, especialmente em termos de sua área de formação e do que pensam a respeito dos objetivos do ensino da sociologia e das dificuldades que esse ensino envolve. Quem estaria preparado para ministrar a sociologia, garantido a qualidade desse ensino? Apenas os licenciados em ciências sociais teriam condições de promover um ensino qualificado da sociologia nas escolas?

A luta pela inclusão do ensino da sociologia no ensino médio estava na sua origem associada com a perspectiva de que seriam os profissionais das ciências sociais que ministrariam a disciplina nas escolas, o que, na prática, pode ser bastante distante daquilo que foi inicial-

mente idealizado pelos sociólogos que lutaram para ver novamente a sociologia nos currículos escolares. Havia grande expectativa quanto ao crescimento do número de professores formados na área, sobretudo licenciados em ciências sociais, que gradualmente ocupariam os cargos de professores de sociologia nas escolas. Uma preocupação latente à conquista da obrigatoriedade da sociologia era a inserção no mercado de trabalho de sociólogos que estavam desempregados e dos cientistas sociais em formação. Foram inclusive determinadas resoluções normativas, em nível federal e nos estados, sobre quem poderia ministrar a disciplina de sociologia no ensino médio, que definiam prazos para a adequação da distribuição desses encargos nas escolas.

No entanto, estudos mostram que essa expectativa, até o momento, está ainda muito distante de ser concretizada. Dados do Censo da Educação Básica, de 2007, coletados por Lennert (2009, p. 45-46), evidenciavam que entre os 20.339 professores que ministravam aulas de sociologia no ensino médio no país, apenas 13,2% eram licenciados em ciências sociais e sociologia. Os dados apresentados por Lennert mostravam ainda que os pedagogos eram o maior contingente de professores que ministram sociologia no ensino médio (22,5%), seguidos pelos historiadores (19,4%), cientistas sociais (13,2%), filósofos (11,4%) e geógrafos (9,2%), também se encontrando profissionais formados em matemática, ciências biológicas, física, química, psicologia, administração, engenharia, informática, entre outras, no exercício da função. Essa situação era recorrente em todas as unidades da federação, e mesmo mais recentemente demonstra não sofrer alterações significativas. No caso do Estado do Rio Grande do Sul (RS), em estudo sobre o perfil de quarenta professores que ministravam a disciplina de sociologia nas escolas de Porto Alegre, Pereira e Amaral (2010) mostravam que, em 2009, pelo menos dois terços deles não eram formados em ciências sociais, reforçando a tendência apresentada por Lennert.

Mesmo com o crescimento na oferta de vagas e de cursos de licenciatura em ciências sociais em todo o país, o fato é que a maneira como as funções docentes são distribuídas na realidade escolar nem

sempre condizem com as expectativas. Normalmente ocorrem arranjos ocasionais, professores acabam sendo alocados, tendo em vista completar sua carga horária de trabalho. Disciplinas como sociologia e filosofia, de poucos períodos semanais, em geral, são as mais prejudicadas. Para ministrar apenas aulas de sociologia, os professores precisam dar aulas em muitas escolas, o que tende a desestimulá-los. Então, é recorrente observar professores que ministram sociologia e outras disciplinas. Porém, são poucos os professores formados em ciências sociais que ministram outras disciplinas, o mais recorrente é ver professores de outras disciplinas que ministram também a sociologia. Em razão disso, tem sido muito observada no país uma crescente promoção de cursos de extensão e de especialização em ensino de sociologia e ciências sociais, como uma forma de garantir formação continuada para professores de sociologia que atuam nas escolas, mas também como meio de promover formação básica em ciências sociais para quem não tem formação de origem na área.

Neste sentido, torna-se cada vez mais importante reduzir o foco sobre as expectativas acerca da formação ideal que deveriam ter os professores de sociologia e debruçar-se sobre a realidade do ensino da sociologia, dando maior atenção a análises sobre quem de fato ensina a sociologia nas escolas, para, assim, proceder a uma avaliação mais ampla sobre algumas questões-chave da atual situação desse ensino no ensino médio. Neste estudo, busca-se contribuir com esse debate a partir de algumas ponderações sobre o perfil dos professores, contextualizadas no caso da realidade gaúcha.

Tomando o caso do Estado do Rio Grande do Sul (RS) como objeto de análise, o artigo está estruturado em duas partes. Na primeira parte, apresenta-se o histórico da disciplina no Estado do RS, com ênfase em sua trajetória, que inicialmente, ainda na primeira metade do século XX, teve forte ligação com o desenvolvimento do positivismo, e que, mais recentemente, esteve articulada com a mobilização pelo retorno da Sociologia. Também se destaca nesta primeira parte do artigo uma análise das transformações recentes nesse estado, no que concerne ao ensino da sociologia, tanto em termos da legislação como

de indicadores atuais sobre a presença da disciplina nas escolas, o número de professores e a oferta de cursos de graduação em ciências sociais.

Na segunda parte do artigo, apresentam-se os resultados de um estudo empírico sobre o perfil de professores de sociologia que atuam no ensino médio gaúcho. Os dados apresentados abrangem uma pesquisa exploratória e se referem a enquetes realizadas em abril de 2014, com 154 professores em atuação na rede de ensino básico do RS. O estudo analisou o perfil dos professores, dando destaque à sua área de formação, habilitação, sexo, faixa etária. A área de formação ainda é relacionada com outras dimensões, como disciplinas ministradas, participação em movimentos sociais e entidades de representação, uso do livro didático, dificuldades para o ensino da sociologia nas escolas e percepção dos professores sobre a finalidade pedagógica da sociologia no ensino médio.

1 Política, educação e o ensino da Sociologia no RS

Falar do ensino da Sociologia no RS implica, necessariamente, uma breve reflexão inicial sobre a história da educação neste estado. A história política, social e educacional do RS foi marcada no século XIX pela influência de ideais positivistas. Essa influência esteve presente, de forma seminal, já na Revolução Farroupilha (1835-45), estendendo-se pela fundação do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), em 1882, pelos governos de Júlio de Castilhos (1891-98) e Borges de Medeiros (1898-1928) e, finalmente, pelo movimento político da Revolução de 1930, culminando com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder central do país.

A influência do positivismo foi marcante na história gaúcha, tendo forte repercussão na política e na educação. Na época do Império, a educação oferecida no RS era altamente elitizada e predominantemente tutelada pela Igreja católica. A realidade de então sofreu profunda modificação com o movimento intelectual positivista, que se desenvolveu a partir de meados do século XIX. Os positivistas gover-

naram o estado por muitas décadas e promoveram profundas mudanças institucionais, especialmente na esfera da educação, que passou a ter orientação republicana, com base no ensino positivista.

Nunca antes a educação esteve tão vinculada à formação do cidadão no RS (CORSETTI, 2006, p. 6). A partir do período Republicano, o número de escolas fundamentais teve forte crescimento, sendo que o número de matrículas no estado passou de 15 mil, em 1889, para mais de 100 mil, em 1921 (SILVA, 2006, p. 90). Como destaca Corsetti (2008):

A política educacional implementada pelos republicanos positivistas, na Primeira República, integrou uma estratégia mais abrangente de ação do Estado, que atuou de forma interventora no âmbito da sociedade, desenvolvendo uma série de políticas entre as quais teve destaque a relativa à educação, a qual se caracterizou por quatro aspectos, articulados entre si pelos dirigentes do Estado: a intervenção da bancada gaúcha no parlamento nacional, a atuação do governo gaúcho em nível estadual, a mediação com a Igreja Católica e a construção de um imaginário republicano criador da consciência nacional. (CORSETTI, 2008, p. 63)

A presença da Sociologia nas escolas e faculdades gaúchas se deu gradativamente, a partir de então, relacionada ao desenvolvimento político e educacional da região. A inclusão do ensino da Sociologia² no RS seguiu uma trajetória diferente daquela observada no país, como apontado por Meucci (2000). Ocorreu primeiro com a incorpo-

2 Sobre os currículos escolares. Corsetti (2000, p. 192) destaca que “A reorganização curricular e programática efetivada nas escolas públicas do Rio Grande do Sul, na Primeira República, possibilitou a adoção de um caráter científico e técnico na estruturação dos conteúdos, o que foi importante para a formação do conjunto de trabalhadores que se faziam necessários para a realidade capitalista que os republicanos desejavam consolidar. Todavia, nas disciplinas que implicavam a formação de valores sociais e políticos, éticos e morais, constatou-se a manutenção das antigas orientações idealistas”.

ração transversal de princípios positivistas (por exemplo, educação técnico-científica, cidadania) nos currículos escolares em geral e com a criação da disciplina de Moral e Cívica nas escolas, para, em um segundo momento, consolidar-se como disciplina autônoma em cursos secundários, mantendo o mesmo tipo de orientação.

No contexto nacional³, o ensino da Sociologia ganha importância a partir da Proclamação da República, em 1889. Ainda durante o governo provisório, era latente entre a nova elite política o ideal republicano e a necessidade de disseminar no país um novo ideal de nação, o que passava por reformas educacionais, como a laicização dos currículos escolares e a constituição do ensino secundário como etapa de formação básica geral de cidadãos. Em 1890, Benjamin Constant, então ministro da Educação e adepto do positivismo, propõe uma reforma do ensino que contemplava a introdução obrigatória do ensino da Sociologia no curso secundário. Nesse contexto, o ensino da Sociologia já era considerado indispensável à formação de advogados, médicos, engenheiros (cursos secundários complementares) e professores (curso normal). Durante o movimento da Escola Nova, na década de 1920, a Sociologia no ensino secundário foi referida como importante para a formação de indivíduos com capacidade de questionar, investigar e compreender a realidade social. A disciplina foi efetivamente introduzida nas escolas normais a partir de 1925, com a reforma Rocha Vaz. Durante o período de 1931-1942, a partir da reforma Francisco Campos, a Sociologia foi ministrada sem sofrer interrupções (BRAGANÇA, 2001; SILVA, 2010; MORAES, 2003; PEREIRA, 2013).

No entanto, em 1942, a reforma Capanema retirou a obrigatoriedade do ensino da Sociologia na escola secundária, mantendo-a apenas na escola normal. Assim como nos demais estados do país, o ensino

3 Sobre a história da Sociologia no Brasil, ver Bragança, 2001. O autor afirma que o ensino da Sociologia no Brasil foi marcado por um processo pendular de inclusão e exclusão da disciplina dos currículos escolares, e apresenta esta história em três períodos: institucionalização (1891-1941); alijamento (1941-1981) e retorno gradativo (1982-2001).

da Sociologia no RS sofreu um forte revés entre os dois governos ditatoriais que o país viveu, o Estado Novo, a partir de 1937, e o regime militar instaurado pelo golpe de 1964. Segundo Bragança (2001), a disciplina de Sociologia era para as autoridades de então “mais do que desnecessária, era impertinente, indesejável”. Por quase três décadas o ensino da Sociologia ficou alijado dos currículos escolares, embora nas Universidades tenha permanecido o debate sobre o tema e a formação de cientistas sociais.

Apenas com a abertura democrática, na década de 1980, a Sociologia volta a ser pauta das políticas educacionais, em todo o país, gradativamente retomando espaço nos currículos escolares. Esse retorno ocorre a partir de uma ampla mobilização dos profissionais das ciências sociais e de suas entidades de representação, que se tornou mais forte quando da aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1996.

A LDB estabeleceu, em seu artigo 2º, como princípios e fins da educação nacional que a “educação, dever da família e do estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Na seção IV, que trata do Ensino médio, Artigo 36, parágrafo 1º, foi definido que “os conteúdos, as metodologias, e as formas de avaliação serão organizados de tal forma que, ao final do Ensino médio, o educando demonstre: III – domínio dos conhecimentos de Filosofia e de Sociologia necessários ao exercício da cidadania”. A redação deste último artigo é modificada, posteriormente, com a Lei nº 11.684, de 2 de junho de 2008, que incluí a Sociologia e a Filosofia como disciplinas obrigatórias no Ensino médio (BRAGANÇA, 2001; SILVA, 2010; MORAES, 2003; PEREIRA, 2013).

No RS, a luta pelo retorno da Sociologia como disciplina nas escolas foi uma bandeira defendida pelo menos desde os anos 1970, pela pioneira Associação Gaúcha dos Sociólogos (AGS), e nas décadas seguintes pelo Sindicato dos Sociólogos do Estado do RS (Sinsociólogos). Essas entidades organizaram diversos encontros estaduais, nos

quais essa reivindicação estava presente (RAIZER, SANTAGADA & MEIRELLES, 2013).

O Sinsociólogos procurou negociar a implantação da obrigatoriedade com os diversos partidos políticos que assumiram o Governo do Estado desde o final dos anos 1980, buscando aprovação do projeto do Deputado Constantino Picarelli, que propunha a obrigatoriedade do ensino nas escolas estaduais. Essa Lei foi aprovada na Assembleia Legislativa e, no mesmo ano, o então governador do Estado, Pedro Simon, sancionou a Lei n. 8.774, de 23/12/1988.

Em 1993, o Sindicato mobilizou-se para deixar mais precisa a Lei n.º 8.663, de 14 de junho de 1993, que revogou o Decreto-Lei n.º 869, de 12/12/1969, e a obrigatoriedade das disciplinas de Organização Social e Política do Brasil (OSPB), Educação Moral e Cívica (EMC) e Estudos dos Problemas Brasileiros (EPB). O texto aprovado previa que o sistema de ensino do estado deveria “incorporar os objetivos, os conteúdos e a carga horária de EMC e OSPB, nas escolas de 1º e 2º Grau, nas disciplinas de História, Geografia e outras afins. Podendo ser escolhida qualquer disciplina da área de Ciências Humanas e Sociais, já prevista na base Curricular, não podendo ser acrescentada nova disciplina”.

Frente a isso, a posição do Sindicato era de implantar as disciplinas de Sociologia e Filosofia para oferecer os conteúdos necessários, e não deixar a livre escolha de professores de outras disciplinas e as escolas a decisão de lecionar ou não aqueles conteúdos. Esta proposta do Sindicato acabou não prevalecendo, pois os conteúdos foram simplesmente suprimidos e em poucas escolas foram oferecidas as disciplinas de Sociologia e Filosofia.

Desde a aprovação da Resolução do Conselho Nacional de Educação de 2006 o Sinsociólogos tem atuado de forma sistemática junto ao Governo do Estado, Assembleia Legislativa, Conselho Estadual de Educação e a Secretaria Estadual de Educação, buscando assegurar a efetividade do ensino da disciplina nesse estado. Um dos resultados da sua atuação foi confirmada pela decisão do Conselho Estadual de Educação (CEED), através do Parecer CEED 0322/2007 e Resolução

nº 291, de 11 de abril de 2007⁴, que deliberou que a carga horária mínima semanal para cada uma das disciplinas seria de, no mínimo, dois períodos semanais. Quanto aos requisitos para lecionar, apenas detentores do diploma de Licenciado em Filosofia, no caso da disciplina de Filosofia, e Licenciado em Sociologia ou Ciências Sociais, no caso da disciplina de Sociologia, estariam aptos a assumir a regência de tais disciplinas a partir de 2012 (RAIZER, SANTAGADA & MEIRELLES, 2013).

Observa-se então que, antes mesmo da aprovação da Lei nº 11.684/2008, já havia no Estado do Rio Grande do Sul uma Resolução para inclusão das disciplinas que previa ampliação da carga horária mínima (dois períodos semanais), e não apenas um período como no caso da Lei federal, de 2008.

Essas transformações históricas no contexto do ensino da sociologia no Rio Grande do Sul tiveram importantes repercussões sobre outras mudanças, especialmente no que se refere à formação e à inserção de profissionais das ciências sociais, no estado. Passamos agora a analisar alguns indicadores atuais do ensino da sociologia no RS.

Em 2007 – antes do prazo final de um ano dado pelo Parecer CNE/38, de 7 de julho de 2006, que tratava da obrigatoriedade das

4 Art. 1º - As instituições de ensino integrantes do Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul devem incluir, obrigatoriamente, Filosofia e Sociologia no currículo do ensino médio a partir do início do ano letivo de 2008. Art. 2º - As propostas pedagógicas estruturadas por componentes curriculares ou que adotarem outra organização curricular devem incluir Filosofia e Sociologia, assegurando tratamento interdisciplinar e contextualizado que possibilite ao educando a “formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico” (Art. 35, inciso III, LDBEN). Art. 3º - Independente da organização curricular adotada pela instituição de ensino deve a mesma oferecer condições para a inclusão de Filosofia e Sociologia com professores habilitados para a docência desses componentes, bem como com acervo bibliográfico adequado. Art. 4º - As mantenedoras têm prazo de até 05 (cinco) anos a contar da publicação desta Resolução para que os componentes curriculares sejam ministrados por professores licenciados em Filosofia e Sociologia ou Ciências Sociais, respectivamente. Art. 5º – O Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul recomenda que as instituições de ensino e suas mantenedoras incluam no currículo escolar, no mínimo, dois períodos semanais de cada um dos componentes curriculares – Filosofia e Sociologia – em um dos anos do ensino médio para os alunos que iniciam o 1º ano desse curso a partir de 2008.

disciplinas no ensino médio e da sua homologação por parte do Conselho Estadual de Educação (CEED/RS)⁵ –, das 909 escolas de ensino médio da rede pública estadual do Rio Grande do Sul, 530 delas contavam com Filosofia e 321, Sociologia, na grade curricular; somente 58 escolas não ofereciam nenhuma das disciplinas. Em relação aos docentes, segundo a Secretaria Estadual de Educação (SEC-RS), em 2007, estavam em sala de aula 679 professores de sociologia (RAIZER, MEIRELLES & INGRASSIA, 2008). Já em 2012, o número de professores ampliou-se para 895 (sendo 645 professores concursados, e 250 temporários).

Considerando ainda o número de docentes atuantes no estado, torna-se relevante analisar a oferta de cursos de licenciatura em ciências sociais no RS. Atualmente, segundo dados do MEC (2014), existem 15 cursos de ciências sociais cadastrados junto ao e-MEC. Estes se concentram, em sua maioria, em estabelecimentos de ensino federais, os quais reúnem o maior número de alunos. No quadro 1, podemos observar as instituições que oferecem os cursos e o município onde estão sediados. Deve-se destacar, além dos cursos ofertados por instituições tradicionais, o crescimento da oferta na modalidade de educação a distância, e o surgimento de novas vagas em cursos ofertados pelas novas IES federais implantadas depois de 2008. Após a Lei de 2008, foram criados novos cursos presenciais de ciências sociais, em duas novas universidades federais, de caráter regional, uma oferecendo bacharelado e a outra licenciatura; também houve a criação de um curso de licenciatura presencial em uma universidade privada.

5 De acordo com o Parecer 322/2007 do CEEd/RS, ratificado pela Resolução 291/2007.

Quadro 1 - Oferta de cursos de Ciências Sociais no Rio Grande de Sul (2014)

| IES | Titulação | Modalidade | Município | Ano de criação |
|---|-----------|---------------------|-------------------|----------------|
| Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS | Bac./Lic. | Presencial | Porto Alegre | 1942 |
| Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS | Bac./Lic. | Presencial | Porto Alegre | 1950 |
| Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS | Bac./Lic. | Presencial | Sao Leopoldo | 1958 |
| Universidade da Região da Campanha - URCAMP | Lic. | Presencial | Bage | 1968 |
| Universidade Federal de Pelotas - UFPel | Bac./Lic. | Presencial | Pelotas | 1990 |
| Universidade do Noroeste do Estado do RS - UNIJUI | Bac./Lic. | Semi-presencial/EAD | Ijuí | 1997 |
| iversidade Federal de Santa Maria - UFSM | Bac./Lic. | Presencial /EAD | Santa Maria | 1998 |
| Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC | Lic. | Presencial | Santa Cruz do Sul | 2003 |
| Centro Universitário Feevale - Feevale | Lic. | Presencial | Novo Hamburgo | 2004 |
| Universidade Luterana do Brasil - ULBRA | Bac./Lic. | Presencial/EAD | Canoas | 2005 |
| Universidade Castelo Branco - UCB | Lic. | EAD | Vários | 2007 |
| Centro Universitário Claretiano - CEUCLAR | Lic. | EAD | Vários | 2008 |
| Fundação Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA | Bac. | Presencial | São Borja | 2009 |
| Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS | Lic. | Presencial | Erechim | 2010 |
| Universidade de Caxias do Sul - UCS | Lic. | Presencial | Caxias do Sul | 2010 |

Fonte: MEC/e-MEC, 2014; sites das IES.

Dados de 2014 (MEC/e-MEC, 2014) indicam que são oferecidas no RS um total de 1240 vagas, em cursos de licenciatura em ciências sociais ou sociologia, sendo que a maior parte (760) destas são na modalidade a distância. Outro dado importante diz respeito ao número de alunos matriculados nesses cursos que, segundo o INEP, em 2004, somavam um total de 1588. Entre os anos de 1999 a 2003, esses cursos haviam formado 534 Licenciados e Bacharéis em Ciências Sociais. Segundo Raizer, Meirelles e Ingrassia (2008), um crescimento gradativo no número de alunos e de matrículas ocorre nos cursos de Ciências Sociais no estado, aproximadamente de 30% no período 2000 a 2004, o qual incidiu diretamente no número de egressos, passando-se de 83 alunos egressos no ano de 1999, para 183 em 2003.

Dados de 2012 (INEP, 2014) indicam que nesse ano havia um total de 1983 matrículas em cursos de Ciências Sociais no RS, sendo destas 866 em cursos de licenciatura. O número total de formandos nesse ano foi de 160, sendo que apenas 46 desses com habilitação em licenciatura. Dado preocupante é observado, por exemplo, na maior instituição do estado, que mostra ocorrer nos últimos cinco anos vertiginosa queda no número de alunos matriculados no curso de ciências sociais que optam pela ênfase em licenciatura.

Em síntese, observa-se que há uma oferta crescente de vagas em cursos de ciências sociais no RS e, após uma importante ampliação no início da década de 2000, verifica-se a estabilização no número de matrículas (apesar do surgimento de novas IES, incluindo públicas), e uma pequena queda no número de concluintes, especialmente de licenciados.

Em relação ao atendimento da demanda por professores após a obrigatoriedade, a maior dificuldade encontra-se no interior do estado. Cabe ainda notar que o CEED/RS também considerava apto para lecionar Sociologia, até 2012, os que possuíam formação em Bacharelado em Sociologia ou Ciências Sociais com Licenciatura em outra disciplina; Licenciatura com Pós-Graduação em Sociologia ou Ciências Sociais; Licenciatura em Filosofia; Bacharelado em Filosofia, com Licenciatura Plena em outra disciplina; Licenciatura em História; e, Licenciatura em Pedagogia, desde que o docente apresentasse no seu histórico escolar, no mínimo, cento e vinte horas cursadas da disciplina de Sociologia.

Mesmo sendo limitada, afinal, cento e vinte horas correspondem a apenas duas disciplinas em nível de graduação, essa resolução não minimizou a tendência da sociologia não ser ministrada por profissionais graduados na área, como veremos na próxima sessão.

2. Perfil dos professores de Sociologia no RS

Os dados apresentados nesta segunda sessão abrangem uma pesquisa exploratória e se referem à enquete realizada em abril de 2014, com 154 professores em atuação na rede de ensino básico no Estado do Rio Grande do Sul. Todos os respondentes estão realizando um curso de pós-graduação *lato sensu*, voltado para a formação e qualificação em ensino da sociologia. Entre esses, além de professores que efetivamente já ministram a sociologia no ensino médio, a amostra inclui 28 professores em atuação que ainda não lecionam sociologia (18% da amostra), mas que se preparam para tal, buscando formação pós-graduada na área.

Inicialmente apresentam-se algumas informações básicas da população investigada. Considerando os 154 professores respondentes, observa-se que predominantemente são mulheres, 65%. A amostra também revelou um perfil com certa maturidade, com idade média de 40 anos, sendo a mediana de 39 anos e a moda 35 anos. O professor mais jovem tem 21 anos, recém-graduado em ciências sociais, e a maior idade observada foi de 64 anos. Em relação à faixa etária dos professores, destaca-se que 50% dos entrevistados têm menos de 39 anos de idade, sendo que 11% do total encontram-se na faixa dos 21 aos 29 anos; 32% dos professores estão situados entre a faixa etária de 40 a 49 anos de idade, 14% têm entre 50 e 59 anos e apenas 3% mais de 60 anos.

Entre os professores entrevistados destacam-se aqueles com graduação em outras áreas (31%), como Pedagogia, Letras, Direito, Teologia, Psicologia. Os que possuem formação em Ciências Sociais e áreas afins concentram-se em História (27%), seguido por Ciências Sociais (23%), Filosofia (10%), Geografia (6,5%), e Estudos Sociais (2%). Ganha destaque o número pequeno de professores de filosofia, mostrando que não há correspondência direta entre essas áreas. Parece que nem sempre os professores de sociologia estão compartilhando com os professores de filosofia essas duas disciplinas, como poderia se pensar que ocorreria.

Tabela 1 – Distribuição do número de professores de sociologia no ensino médio, segundo a área de formação e sexo

| Área de formação | Sexo | | Total | Percentual da linha |
|----------------------|-------|--------|-------|---------------------|
| | Homem | Mulher | | |
| Ciências Sociais | 10 | 26 | 36 | 23,4 |
| Filosofia | 7 | 8 | 15 | 9,7 |
| História | 28 | 14 | 42 | 27,3 |
| Geografia | 4 | 6 | 10 | 6,5 |
| Estudos Sociais | 1 | 2 | 3 | 1,9 |
| Outras disciplinas* | 4 | 44 | 48 | 31,2 |
| Total | 54 | 100 | 154 | 100,0 |
| Percentual da coluna | 35,1 | 64,9 | 100,0 | |

Nota: Dados da pesquisa de campo, enquetes realizadas pelos autores. *Outras disciplinas: Pedagogia, Letras, Psicologia, Direito, Teologia.

Cabe destacar que o maior percentual de professores com graduação em Ciências Sociais (29,4%) encontra-se na faixa etária entre 21 e 29 anos de idade (11% do total). Esse dado indica uma clara relação com a maior demanda por formação na área gerada pela Lei de obrigatoriedade da disciplina aprovada em 2008, assim como com a maior demanda do mercado por professores licenciados na área. Fenômeno similar ocorre também com os professores com formação em Filosofia. Em relação à habilitação, a maior parte dos professores possui Licenciatura (83,7%), Bacharelado e Licenciatura (14%), e apenas Bacharelado (2%). Cabe destacar que, entre os professores com até 40 anos de idade, 88,5% possuem licenciatura e 11,5% bacharelado e licenciatura.

No que se refere ao tempo de atuação como professor de sociologia no ensino médio, percebe-se que 67,5% dos respondentes lecionam a disciplina há até 5 anos, dado que condiz com a Lei da obrigatoriedade. A maior parte dos respondentes atua há menos de um ano como professor de sociologia no ensino médio (27,3%); sendo que 26% atuam entre 1 e 3 anos e 14,3% atuam entre 3 e 5 anos com a disciplina de sociologia. Apenas 14% atua há mais de 5 anos, sendo que apenas 4% atua há mais de 10 anos.

Em relação ao tempo de magistério em sociologia (Tabela 2), cabe destacar que parece haver uma ampliação na atuação nessa discipli-

na, embora, como vimos, são poucos os professores licenciados na área de ciências sociais, assim como são muito poucos os que ministram apenas sociologia. Entre os 154 professores respondentes da pesquisa, apenas nove deles dedicam-se exclusivamente ao ensino da sociologia (6%), sendo que destes nove, oito são licenciados em ciências sociais. Esse último dado parece ser positivo, posto que os professores que estão conseguindo concentrar seus encargos exclusivamente na disciplina de sociologia são em sua maioria formados na área.

Tabela 2 – Distribuição do número de professores de sociologia no ensino médio, segundo a área de formação e tempo que leciona a sociologia no ensino médio

| Área de formação | Há quanto tempo é professor de sociologia no ensino médio? | | | | | | Total |
|----------------------|--|------------------|------------------|-------------------|-----------------|-------------------------------------|-------|
| | Menos de um ano | Entre 1 e 3 anos | Entre 3 e 5 anos | Entre 5 e 10 anos | Mais de 10 anos | Ainda não é professor de sociologia | |
| Ciências Sociais | 5 | 14 | 4 | 3 | 4 | 6 | 36 |
| Filosofia | 1 | 5 | 5 | 3 | - | 1 | 15 |
| História | 12 | 13 | 7 | 3 | 1 | 6 | 42 |
| Geografia | 3 | 5 | 1 | 1 | - | - | 10 |
| Estudos Sociais | - | - | 1 | 1 | - | 1 | 3 |
| Outras disciplinas | 21 | 3 | 4 | 5 | 1 | 14 | 48 |
| Total | 42 | 40 | 22 | 16 | 6 | 28 | 154 |
| Percentual da coluna | 27,3 | 26,0 | 14,3 | 10,4 | 3,9 | 18,2 | 100,0 |

Nota: Dados da pesquisa de campo, enquetes realizadas pelos autores.

*Outras disciplinas: Pedagogia, Letras, Psicologia, Direito, Teologia.

No que se refere às disciplinas ministradas, a maior parte dos professores respondentes dedica-se ao ensino de pelo menos outras duas disciplinas, além da sociologia (30%). Esse dado pode mostrar certa sobrecarga de trabalho dos professores, o que pode colocar em risco a qualidade do ensino da sociologia. É provável que o professor de outras disciplinas esteja completando sua carga horária com um ou dois períodos de sociologia. As disciplinas que mais são lecionadas concomitantemente à sociologia pelos professores respondentes são História (19%), Filosofia (12%), Seminário Integrado (7%), Religião (6%), Ética (1,3%). Entre os entrevistados, 18% estão se preparando para atuar como professor de sociologia, embora já trabalhem com outras disciplinas.

Também foi observado um aspecto referente a práticas pedagógicas, o uso do livro didático. Em relação ao uso do livro didático, apenas 13% dos professores adota integralmente o uso do livro como recurso principal das aulas; 63% deles utilizam o livro apenas como apoio às aulas, com destaque para a realização de exercícios. Chama a atenção o fato de 24% dos professores respondentes declararem que não utilizam livro, preferindo preparar os próprios materiais didáticos. Quando considerada a disciplina de formação, ganha destaque Filosofia, com 92% dos professores adotando o livro didático como principal recurso, seguida pelas Outras disciplinas (88%), Geografia (80%), História (71%), e Ciências Sociais (58%). Considerando esses percentuais, ganha destaque os formados em Ciências Sociais, sendo o grupo que menos utiliza o livro didático. Já entre os professores de outras áreas que lecionam a disciplina no ensino médio, o uso do livro é massivo. Já em relação ao tempo em que leciona a disciplina, o uso do livro didático diminui expressivamente, passando de 32%, entre os professores com menos de um ano, para 5%, entre os professores com mais de 10 anos de experiência no ensino da disciplina.

Outro aspecto pertinente no contexto do retorno da sociologia refere-se às dificuldades para o ensino da disciplina, em que se destacam algumas peculiaridades. Segundo os professores respondentes (Tabela 3), a maior dificuldade encontrada para o ensino da sociologia diz respeito à carga horária da disciplina, considerada insuficiente por 35% deles. Esse dado condiz com a realidade de uma disciplina que sofre com a reduzida carga horária, algumas vezes dois períodos, mas na maior parte dos casos um único período semanal. É interessante destacar ainda que muitas vezes o período é usado pelos professores não formados na área como horário extra para atividades de suas disciplinas de origem.

Tabela 3 – Distribuição do número de professores de sociologia no ensino médio, segundo a área de formação e a maior dificuldade apontada para o ensino da disciplina

| Área de formação | Qual a maior dificuldade encontrada para o ensino da sociologia no ensino médio? | | | | | Total |
|----------------------|--|---|--|--|--|-------|
| | Desinteresse do aluno pela sociologia | Falta de formação específica do professor | Carga horária insuficiente p/ disciplina | Ausência de material didático adequado | Falta de integração com outras disciplinas | |
| Ciências Sociais | 2 | 7 | 20 | 1 | - | 30 |
| Filosofia | - | 6 | 5 | 1 | 1 | 13 |
| História | 6 | 8 | 10 | 3 | 6 | 33 |
| Geografia | 1 | 4 | 1 | 2 | - | 8 |
| Estudos Sociais | - | 1 | - | 1 | 1 | 3 |
| Outras disciplinas | 5 | 14 | 8 | 4 | 7 | 38 |
| Total | 14 | 40 | 44 | 12 | 15 | 125 |
| Percentual da coluna | 11,2 | 32,0 | 35,2 | 9,6 | 12,0 | 100,0 |

Nota: Dados da pesquisa de campo, enquetes realizadas pelos autores.

*Outras disciplinas: Pedagogia, Letras, Psicologia, Direito, Teologia

Quanto à carga horária da disciplina, a maior dificuldade enfrentada pela sua insuficiência dá-se entre os formados em Ciências Sociais (67%), Filosofia (38%), e História (30%). Como era de se esperar, o problema da baixa carga horária é a maior preocupação dos professores formados nas ciências sociais, que tendo maior carga horária poderiam melhorar inclusive suas próprias condições de trabalho.

A segunda maior dificuldade apontada pelos professores respondentes foi a falta de formação específica do professor (32%), seguida pela falta de integração com outras disciplinas (12%), desinteresse dos alunos (11%) e falta de material didático adequado (9%). Quanto à falta de formação específica para lecionar a disciplina, o grupo que mais destacou essa dificuldade foi o de Geografia (50%), seguido de Filosofia (46%), Outras disciplinas (37%), História (33%). Como esperado, poucos professores formados nas ciências sociais apontaram a falta de formação como maior dificuldade (23%). Chama atenção o fato dos professores de filosofia estarem em destaque nesse aspecto, especialmente por se considerar muitas vezes que professores da área de sociologia e filosofia poderiam compartilhar as disciplinas. Na prática, os resultados mostram que não existe a proximidade prevista.

A falta de integração com outras disciplinas aparece como elemento de dificuldade para os formados em Estudos Sociais, História e Outras disciplinas. Os que encontram maior dificuldade com o desinteresse dos alunos são os formados em História, seguidos pelos de Outras disciplinas. Entre os professores formados em Ciências Sociais, apenas dois de 30 respondentes afirmam ser o desinteresse do aluno pela disciplina um problema. Caberia verificar em outros estudos se a formação na área estaria vinculada com uma maior capacidade do professor em aproximar os alunos da disciplina.

Já em relação à ausência de material didático adequado, dificuldade de menor incidência, esse problema aparece, sobretudo, entre os formados em Estudos Sociais e Geografia, demonstrando a sua menor familiaridade com os conteúdos e fontes de informações das ciências sociais. Entre os professores formados nas ciências sociais, apenas um entre 30 mencionou a ausência de material didático como problema, demonstrando a sua maior familiaridade com materiais da área.

Entre as dificuldades apontadas pelos professores para o ensino da disciplina, destaca-se a insuficiência de carga horária, seguida pela falta de formação específica. Esses dados encontram ressonância no que apontam Pereira e Amaral (2010, p. 19), ao destacar também a inexistência de identidade para o ensino médio, ausência de ligação entre o curso de graduação em ciências sociais e a prática pedagógica do professor de sociologia.

Os professores também foram perguntados a respeito de sua participação em movimentos sociais e entidades de representação, a fim de averiguar em que grau o professor que ministra sociologia é ativista de alguma causa ou em algum grupo de representação ou associações. Quanto à participação em movimentos sociais ou entidades de representação, 60% dos professores entrevistados não participam de nenhum movimento social ou entidade de representação; entre os 40% que afirmaram participar, destacam-se: sindicatos (16%), movimento social (11%), partido político (5%), ONGs (5%), associação de moradores (2%). Considerando a área de formação, os professores que mais

participam de sindicatos são os de Outras disciplinas (32%), seguidos pelos de Ciências Sociais (24%), História (20%) e Filosofia (16%). Em relação aos movimentos sociais, os professores de Ciências Sociais se destacam com 35% de participação, seguidos por História e Outras disciplinas com 29%. Quanto à filiação a partidos políticos, o destaque está entre os professores de História, com uma adesão de 37%. Quanto à participação em ONGs, os professores formados em Ciências Sociais, História e Outras disciplinas apresentam uma adesão de 25%.

Também foi criada uma variável a fim de averiguar a percepção dos professores sobre a finalidade pedagógica da sociologia no ensino médio, tema fundamental nos estudos sobre a qualidade do ensino da sociologia na educação básica. Foram elencadas cinco opções, sendo uma baseada em princípios teórico-metodológicos (“desenvolvimento da reflexão do aluno sobre questões sociais”), duas em princípios filosófico-doutrinários (“desenvolvimento da cidadania e respeito às diferenças” e “revelar processos de dominação e opressão social”), e uma em princípios prático-ativistas (estimular o engajamento do educando em questões de ordem pública); a última variável dizia respeito à incerteza sobre a questão.

Tabela 4 – Distribuição do número de professores de sociologia no ensino médio, segundo a área de formação e a finalidade da sociologia no ensino médio

| Área de formação | Qual o principal objetivo da sociologia no ensino médio? | | | | | Total |
|----------------------|--|---|---|---|---------------------------|-------|
| | Desenvolver a reflexão do aluno sobre questões sociais | Revelar processos de opressão e dominação | Promover a cidadania e o respeito às diferenças | Estimular o engajamento do aluno em questões de ordem pública | Não tenho opinião formada | |
| Ciências Sociais | 26 | 2 | 4 | 4 | - | 36 |
| Filosofia | 12 | - | - | 3 | - | 15 |
| História | 17 | 9 | 7 | 8 | 1 | 42 |
| Geografia | 8 | - | 2 | - | - | 10 |
| Estudos Sociais | - | - | 3 | - | - | 3 |
| Outras disciplinas | 34 | - | 9 | 4 | 1 | 48 |
| Total | 97 | 11 | 25 | 19 | 2 | 154 |
| Percentual da coluna | 63,0 | 7,1 | 16,2 | 12,3 | 1,3 | 100,0 |

Nota: Dados da pesquisa de campo, enquetes realizadas pelos autores.

*Outras disciplinas: Pedagogia, Letras, Psicologia, Direito, Teologia.

Quando questionados sobre a finalidade pedagógica da sociologia no ensino médio, a maior parte dos professores respondentes (63%) acredita que o principal objetivo da sociologia é o desenvolvimento da reflexão do aluno sobre questões sociais; 16% deles apontam como principal objetivo o desenvolvimento da cidadania e o respeito às diferenças, seguido por 12% que apontam o engajamento do aluno em questões de ordem pública, e 7% a revelação de processos de dominação e opressão. Cabe destacar também que apenas dois professores (de 154 respondentes) afirmavam não ter ainda uma opinião formada sobre a finalidade pedagógica da sociologia.

Considerando dois grupos - professores com menos de um ano de magistério de um lado, de outro, professores com mais de dez anos - predomina entre 67% dos professores com maior tempo de magistério a ideia de que a disciplina objetiva desenvolver a reflexão do aluno sobre questões sociais, contra 59% dos professores com menos de um ano de magistério. Ainda considerando esses dois grupos, cabe notar uma queda considerável de 32% para 10%, respectivamente, nos que acreditam que a sociologia tem como objetivo estimular o engajamento dos alunos em questões de ordem pública.

No que se refere à relação entre a área de formação dos professores e a finalidade pedagógica da sociologia, é possível observar algumas curiosidades. Apenas os formados em ciências sociais e história apontaram respostas às quatro opções apresentadas. Entre os professores da história há uma grande ênfase na opção revelar processos de dominação e opressão social, demonstrando uma inclinação ideológica mais forte que no caso das demais formações, mesmo às ciências sociais, onde apenas dois de 36 professores apontaram este sendo o principal objetivo da sociologia no ensino médio. Também é interessante observar que apenas os professores das ciências sociais e história destacaram essa opção.

No que se refere à opção promover a cidadania e o respeito às diferenças, apenas os professores formados em filosofia não a assinalaram; essa opção ainda foi a mais assinalada pelos professores de outras disciplinas (Pedagogia, Letras, Psicologia, Direito, Teologia),

tendo sido bastante apontada também por professores graduados em história e por todos os professores formados em estudos sociais. Sobre a opção estimular o engajamento do aluno em questões de ordem pública, foi mais assinalada também por professores formados em história, seguido dos formados em ciências sociais e outras disciplinas, não tendo sido assinalada por formados em geografia e estudos sociais.

Ainda em relação ao objetivo da disciplina de sociologia no ensino médio, a maior parte dos professores aponta para o desenvolvimento da reflexão do aluno sobre questões sociais, não existindo diferença relevante entre os professores graduados em ciências sociais e os formados na categoria outras disciplinas (Pedagogia, Letras, Psicologia, Direito, Teologia). Esse dado distancia-se do apontado por Santos (2002, p. 8), que verifica uma importante diferença de perspectiva entre esses grupos, sendo a perspectiva dos professores graduados em outras disciplinas mais próximo da ideia de que a sociologia primaria pela intervenção e engajamento social.

Convém destacar que também foi realizada tabulação dos dados relacionando as variáveis finalidade da sociologia e participação em movimentos sociais e entidades de representação. O resultado foi interessante, pois mostra que os professores que elegem estimular o engajamento do aluno em questões de ordem pública como a principal finalidade da sociologia são aqueles que participam de movimentos sociais e de partidos políticos. Essa tendência observada indica que a formação teria menor associação com a proposição de uma sociologia mais ativista.

Considerações finais

O ensino da sociologia no ensino médio – seu significado, relevância, prática e realidade – está entre alguns dos temas mais fecundos, relevantes e atuais na educação brasileira. Prova disso é o número crescente de eventos, estudos, pesquisas e publicações que têm se dedicado a essa questão. Embora seja inegável o crescimento no número de estudos e certo acúmulo de conhecimento, ainda existem muitos

elementos, lacunas e dimensões – de diversas ordens, que precisam ser investigados e debatidos. Entre esses, destaca-se o resgate da memória nacional e regional do ensino da disciplina; e a questão do perfil do professor, sua formação, práticas e percepções sobre a finalidade pedagógica do ensino da sociologia; ambos são temas centrais deste artigo.

Buscou-se trazer neste breve trabalho investigativo alguns dados sobre questões pertinentes, que envolvem olhares sobre o passado e o presente e projeções a respeito do futuro do ensino da sociologia no RS. Em relação ao resgate da história do ensino da sociologia nesse estado, cabe destacar que a disciplina passou por um percurso singular em relação ao restante do país. A influência positivista e suas consequências sobre o projeto educacional vigente que atingiria o restante do país apenas no desenvolvimento da República, ao longo do século XX, acabou sendo determinante no RS ainda na segunda metade do século XIX. Entretanto, na fase atual de retorno da obrigatoriedade da disciplina, a realidade do ensino da sociologia no estado parece seguir a onda de mudanças e tendências que ocorre em nível nacional.

Quanto aos indicadores atuais sobre o ensino superior na área da sociologia no RS, em síntese, observa-se que vem ocorrendo um crescimento da oferta de vagas em cursos de ciências sociais e que, após uma importante ampliação no início da década de 2000, verifica-se no presente a estabilização no número de matrículas (apesar do crescimento de vagas oriundas das novas IES), e uma pequena queda no número de concluintes. Em relação ao atendimento da demanda por professores após a obrigatoriedade da sociologia, embora tenha ocorrido um crescimento no número de professores da ordem de 30% no período 2007-2012, esta tem sido atendida com professores de diversas áreas ministrando a sociologia, especialmente no interior do estado.

Esse cenário reflete-se na pesquisa realizada sobre o perfil do professor. A realidade no caso do RS evidencia que, ainda em 2014, quem leciona as disciplinas de sociologia do ensino médio são majoritariamente professores formados em áreas distintas das ciências sociais.

Embora concursos realizados recentemente para o provimento de cargos de professores tenham aumentado a participação de professores com formação de origem nas ciências sociais, efetivamente apenas um quarto dos professores é licenciado na área. É importante destacar que os professores entrevistados, sobretudo os que não possuem formação em ciências sociais, têm consciência de suas dificuldades para lecionar sociologia e expressam preocupação com isso. Aspecto relevante a se destacar é que os professores que não apresentam formação de origem na área continuam se preparando para ministrar a disciplina, pois é uma opção também para complementação de carga horária de trabalho. Além disso, esses professores demonstraram se esforçar para realizar seu trabalho, especialmente considerando que todos os respondentes da pesquisa estão se capacitando na área, em nível de pós-graduação, inclusive não se observa significativa diferença no que diz respeito à ideia que fazem os professores com formação ou não nas ciências sociais sobre a finalidade pedagógica da sociologia.

Em relação à oferta de vagas para professores de Sociologia induzidas pela obrigatoriedade da disciplina, pode-se observar uma demanda maior por cursos de Licenciatura em Ciências Sociais, o que tem gerado um círculo virtuoso de expansão, com o surgimento de novos cursos no RS, assim como a ampliação do percentual de licenciados entre os professores mais jovens. Cabe averiguar, entretanto, se essa demanda induzida trará resultados positivos no longo prazo. Não se pode negar que a maior parte dos professores que ministram sociologia nas escolas gaúchas não tem formação de origem na área, sobretudo em razão de problemas relacionados à distribuição de encargos nas escolas e também a continuidade de escassez de profissionais. Cabe refletir mais profundamente se é necessário continuar defendendo que o melhor caminho para ampliar a qualidade da sociologia no ensino médio passa mesmo por restringir o exercício dessa disciplina apenas aos professores formados nas ciências sociais. Ampliar as pesquisas sobre essa temática e aprofundar estudos sobre a realidade do ensino da sociologia são movimentos urgentes para superar algumas convicções em voga.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J.; PASSERON, J. (2004), *Ofício de sociólogo: Metodologia da pesquisa na Sociologia*. Petropolis, RJ: Editora Vozes, 2004.
- BRAGANÇA, S. D. (2001), “Sociologia e Filosofia no Ensino médio: Mais de Cem Anos de Luta”. *Espaço acadêmico*, Ano I, n. 6, s/. pp.
- BRASIL. (1996), *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. (2006), *Orientações Curriculares para o Ensino médio: conhecimentos de Sociologia*. Brasília: Ministério da Educação – MEC, DPEM.
- BRASIL. (2006), *Inclusão obrigatória das disciplinas de Filosofia e Sociologia no currículo do Ensino Médio*. Parecer 38/2006. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica.
- CORSETTI, B. (2008), “Cultura política positivista e educação no Rio Grande do Sul/Brasil (1889/1930)”. *Cadernos de Educação*, FaE/UFPel, Pelotas, n. 31, pp. 55-69.
- CORSETTI, B. (2006), “O pensamento social e educacional no Rio Grande do Sul da Primeira República”. In: *Caderno de Resumos*. IV Congresso Brasileiro de História da Educação, Goiânia/GO, v. 1, p. 328-329.
- CORSETTI, B. (2000), “A construção do cidadão: os conteúdos escolas nas escolas públicas do Rio Grande do Sul na Primeira República”. In: *História da Educação*, ASPHE/UFPel, Pelotas, n. 8, pp. 175-192.
- COSTA, C. (1997). *Sociologia: introdução à ciência da sociedade*. Editora Moderna.
- GIDDENS, A. (2005). *Sociologia*. Porto Alegre: Artmed. 600p.
- INEP. *Microdados do Censo da Educação Superior de 2012*. Disponível em: www.inep.gov.br, acesso em 10/06/2014.
- LAHIRE, B. (2013), “Viver e interpretar o mundo social: para que serve o ensino de Sociologia?” In: GONÇALVES, D. N. (Org.). *Sociologia e juventude no ensino médio: formação, PIBID e outras experiências*. Campinas: Pontes Editores. (pp. 15-30).
- LENNERT, Ana Lúcia. (2009), *Professores de sociologia: relações e condições de trabalho*. Dissertação (Mestrado em Educação). Fac. de Educação, UNICAMP – Campinas-SP.
- MEC/e-MEC. Dados sobre cursos e IES. Disponível em: www.e-mec.gov.br. Acesso em 10/06/2014.
- MEUCCI, S. (2000), *A institucionalização da Sociologia no Brasil: os primeiros manuais e cursos*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Campinas – Campinas.

- MILLS, C. W. (1969), *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar.
- MORAES, A. C. (2014), “Ciência e ideologia na prática dos professores de Sociologia no ensino médio: da neutralidade impossível ao engajamento indesejável, ou seria o inverso?”. *Educação e Realidade*, v.39, n.1, pp. 17-38.
- MORAES, A. C. (2003), “Licenciatura em ciências sociais e ensino de Sociologia: entre o balanço e o relato”. *Tempo social (USP)*, v.15, n.1, pp. 5-20.
- MORAES, A. C.; GUIMARÃES, E. F. (2010), “Metodologia de Ensino de Ciências Sociais: relendo as OCEM-Sociologia”. IN: MORAES, A. C. (Coord.). *Sociologia: ensino médio*. Brasília: MEC, SEB. (pp. 45-62).
- MOTA, K. C. C. S. (2005), “Os lugares da Sociologia na formação de estudantes do ensino médio: as perspectivas de professores”. *Rev. Bras. Educ.*, Rio de Janeiro, n. 29, pp. 88-107.
- PEREIRA, L. H. (2013), “A luta dos sociólogos pela obrigatoriedade da Sociologia”. IN: MEIRELLES, M.; RAIZER, L.; PEREIRA, L. H. *O ensino de Sociologia no RS: repensando o lugar da Sociologia*. Porto Alegre: Evangraf/Laviecs. (p. 13-34)
- PEREIRA, L. H.; AMARAL, J. H. (2010), “A Sociologia no ensino médio em Porto Alegre-RS”. *UNOPAR científica: ciências humanas e educação*, Londrina-PR, v. 11, n. 1, pp. 15-22.
- RAIZER, L.; SANTAGADA, S.; MEIRELLES, M. (2013), “A recente história do retorno da Sociologia ao Ensino Médio: mobilização política, atores e conquistas”. In: MEIRELLES, M; PEREIRA, L. H; RAIZER, L.. (Org.). *O Ensino de Sociologia no RS: repensando o lugar da Sociologia*. Porto Alegre: Evangraf/Laviecs. (pp. 87-98).
- RAIZER, L.; MEIRELLES, M.; PEREIRA, T. I. (2008), “Escolarizar e/ou educar? As perspectivas do ensino de Sociologia na educação básica”. *Pensamento plural*, Pelotas, n. 2, pp. 105-123.
- SANTOS, Mário Bispo. (2002), *A Sociologia no ensino médio: o que pensam os professores da rede pública do Distrito Federal*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília, Distrito Federal.
- SARANDY, F. M. S. (2002), “O ensino de ciências sociais no ensino médio no Brasil”. *Ciudad Virtual de Antropología y Arqueología*. Disponível em: http://www.naya.org.ar/congreso2002/ponencias/flavio_marcos_silva_sarandy.htm. Acesso em: 14 jun.2014.
- SARANDY, F. (2001), “Reflexões acerca do sentido da Sociologia no Ensino médio”. *Espaço Acadêmico – Revista Eletrônica Mensal*, Ano

I, n. 05. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br>, Acesso em: 14 jun.2014.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. (2009), *Referenciais Curriculares do Estado do Rio Grande do Sul: Área de Sociologia*. Departamento Pedagógico da SEC-RS.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. (2011), *Proposta Pedagógica para o Ensino médio Politécnico e Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio 2011-2014*. Porto Alegre: Secretaria Estadual de Educação.

SILVA, I. L. F. (2010), “O ensino das Ciências Sociais/Sociologia no Brasil: histórico e perspectivas”. IN: MORAES, A. C. (Coord.). *Sociologia: ensino médio*. Brasília: MEC, SEB. (pp. 15-44).

SILVA, R. P. (2006), “A instrução no Império e no RS”. *Biblos*, Rio Grande, n. 19, pp. 83-94.

Artigo recebido em agosto de 2013 / Aprovado em dezembro de 2013

